



MANUELZÃO

UFMG Saúde, Ambiente e Cidadania na Bacia do Rio das Velhas

53

ANO 12

SETEMBRO DE 2009

Fronteiras

Agrotóxicos:

a discussão vai além dos alimentos

Sabará e Sete Lagoas:

esgoto ainda é obstáculo a ser superado

Enchentes:

obras visam prevenção, projetos têm limites

Educação Ambiental

APOSTA EM AÇÕES QUE
ASSEGUREM CONTINUIDADE

18



FOTO: MARCELO ANDRÉ

Cobrança da água 8
Não é para ser imposto

Carvão 16
Lei quer preservar mata nativa

Gestão cultural 20
Pequenos municípios, grandes problemas

Perfil 23
Serras de Caeté na palma da mão



Informativo do Projeto Manuelzão UFMG e de suas parcerias institucionais e sociais pela revitalização da bacia hidrográfica do Rio das Velhas.

Coordenação
Geral: Marcus Vinícius Polignano
mupoli@medicina.ufmg.br
Meta 2010 e NuVelhas: Thomaz da Matta Machado
Biomonitoramento: Marcos Callisto, Carlos Bernardo Mascarenhas e Paulo Pompeu
Recuperação vegetal: Maria Rita Muzzi
Mobilização social e educação ambiental: Marcus Polignano e Rogério Sepúlveda
Comunicação Social: Elton Antunes
Publicações: Eugênio Goulart e Letícia Malloy
Centro de Informação e Documentação: Carolina Saliba

Redação e Edição
Elton Antunes (MTb 4415 DRT/MG), Anna Carolina Aguiar, Filipe Motta, Gabriella Hauber, Jessica Soares, Pâmila Villas Boas, Stéphanie Bollmann, Thais Marinho e Victor Vieira

Diagramação e Ilustração
Bruna Araújo, Eduardo Felipe, Giovana Carraro
Ilustração capa: Bruna Araújo
Projeto gráfico: Atelier de Publicidade do curso de Comunicação Social da UFMG, sob a coordenação de Bruno Martins.
Equipe: Délio Faleiro, Filipe Alonso, Renata Romero e Stephanie Boaventura
Impressão: Esdeva

É permitida a reprodução de matérias e artigos, desde que citados o fonte e o autor. Os artigos assinados não exprimem, necessariamente, a opinião dos editores da revista e do Projeto Manuelzão.

Universidade Federal de Minas Gerais
Departamento de Medicina Preventiva e Social Internato em Saúde Coletiva
Avenida Alfredo Balena, 190, 8º andar - sl. 813, BH - MG. CEP: 30130-100
(31) 3409-9818 www.manuelzao.ufmg.br
manuelzao@manuelzao.ufmg.br

PARCERIAS E PATROCÍNIO



COLABORAÇÃO



51 municípios da Bacia do Rio das Velhas

Comitê da Bacia do Rio São Francisco

Limites

Caro leitor,

Quando falamos em fronteiras, pensamos lugares de encontro, onde as coisas começam ou terminam, em barreiras a serem superadas (ou não!). O que dizer sobre a implementação da cobrança da água no Velhas? Trata-se de uma etapa importante da gestão ambiental na bacia (p. 08). O que ainda não transpusemos é o desafio do tratamento de esgoto nos municípios de Sabará e Sete Lagoas – um grande entrave para a Meta 2010 ser alcançada. Falta passar a barreira das promessas e projetos (p. 6).

Em Belo Horizonte e Contagem, as obras contra as cheias mal começaram e as propagandas já as apresentam como promessa de salvação. Os limites do projeto são discutidos na matéria *Para cidade não virar mar* (p. 10). O que não tem fronteiras é o interesse de Ademir Martins pela defesa da região de Caeté (p. 23).

Que tal trabalhar educação ambiental partindo do conceito de bacia hidrográfica (p. 18)? Outro limite em jogo é o desmatamento de floresta nativa para produção de carvão. Uma lei aprovada pela Assembleia Legislativa tenta aumentar a fiscalização, mas não parece ser suficiente para fazer frente à fome por madeira... (p. 16). E pra quem mata a fome com alimentos cultivados com agrotóxicos, *É bom desconfiar* (p.12).

Ah, não podíamos nos esquecer de deixar um abraço para o Humberto, que deixa a Comunicação do Manuelzão para percorrer novos caminhos. Boa sorte! E boa leitura!



“Você tem que mostrar os problemas da bacia e o retorno do dinheiro. Só tem um jeito: implementando. Ficar discutindo eternamente não tem mais jeito”

ROGÉRIO SEPÚLVEDA, PRESIDENTE DO CBH-VELHAS EM ENTREVISTA AO PROJETO MANUELZÃO, SOBRE A COBRANÇA DA ÁGUA NO VELHAS

“O que foi passado para o Manuelzão não é a realidade. Sete Lagoas já fez várias coisas para o tratamento de esgoto e foi tachada de monstro”

MARIO CAMPOLINA, O MAROCA, PREFEITO DE SETE LAGOAS, EM ENTREVISTA AO PROJETO MANUELZÃO

À beira de rios

Um pequeno período de tempo a descansar à beira do Rio das Velhas. Passo os dias em companhia dos rios, pássaros, árvores e os incômodos marimbondos e abelhas. Em compensação toda a casa e seu redor exalam um suave perfume de mel. Passo as noites em companhia de Warlei e Uarlei, dois trabalhadores que estão hospedados na mesma casa em que me encontro.

Algum tempo depois o dono da casa me diz: “o Uarlei pensa que você medita, pois passa horas olhando o rio e o céu. Perguntou por que será que você olha tanto o céu. Respondi que você procura cometas”.

É verdade que meu coração de menina sempre os procurou e é verdade que fui presenteada com duas estrelas cadentes aqui nesse céu de julho. Mas meu coração, já não tão criança, oferece ao Uarlei outra versão: olho o céu para reconhecer o infinito que há dentro de mim. Fito as estrelas para reconhecer de que matéria sou feita, de que brilho e de que luz.

Tanto tempo sem admirar o céu inteiro, a não ser camuflado pelos faróis e as camadas cinzentas da cidade levaram um pouco da minha visão verdadeira do céu. E nessa clara noite sem lua jogo fora as grossas lentes arranhadas e embaçadas e recubro meu olhar: *não é verdade que uma noite estrelada seja um imenso espaço negro habitado por corpos celestes. Ela é profundamente azul. Um imenso e aconchegante manto azul povoado de luz.*

Nesse céu claro e estrelado revejo a querida constelação Cruzeiro do Sul e Marte, reconectando o mesmo sentimento de amor nascido enquanto admirava o céu de Cabedelo, com os pés na água quente do mar. Tudo é um, o mesmo céu, as mesmas estrelas, o mesmo sentimento de unidade estão aqui e em todo lugar. Reconheço o mesmo amor que evoco ao admirar o céu, pois o amor é. Senti-lo é uma decisão interna e só depende de mim. Acho mais fácil evocá-lo em lugares silenciosos e belos. Assim me encontro nessa beira de rio.

É isso, Uarlei, procuro cometas, estrelas e o brilho que anima todas as coisas. No meu silêncio, tento escutar um pouco a voz de Deus.

Texto enviado por Cláuzia Paiva Batista, professora do Colégio Técnico da UFMG

Erramos

Na matéria “Gente nossa”, página 5 da edição 52, faltaram os nomes de Procópio de Castro e Sérgio Grieco.



O Projeto Manuelzão recebe cartas, músicas, poesias e mensagens eletrônicas de vários colaboradores. Nesta coluna, você confere trechos de algumas dessas correspondências. Envie também sua contribuição. Participe da nossa revista! revista@manuelzao.ufmg.br

A pesca no Velhas

APOLO HERINGER LISBOA
Idealizador do Projeto Manuelzão

A população ribeirinha tem esperança de tirar seu sustento das águas e sonha com o Rio das Velhas vivo. Os sinais desta vida estão por todo lado, com os peixes que reaparecem, embora haja mortandades. Discutimos muito com a Polícia Militar do Meio Ambiente, com ribeirinhos e pescadores a questão da pesca. Há aproximadamente dez anos, o Instituto Estadual de Florestas (IEF) baixou portaria proibindo a pesca no Rio das Velhas, devido ao risco dos peixes contaminados serem consumidos. Ainda prevalece esta decisão do órgão estadual da pesca. Ninguém poderia pescar no Velhas, mas o que ocorre não é isso.

A discussão no Projeto Manuelzão não é normativa ou policial. Temos construído um pioneiro sistema de biomonitoramento que completa uma década na bacia. Nosso interesse é que a volta do peixe não seja prejudicada por ações altamente predatórias como a pesca sistemática com redes atravessando todo o Rio. Ou pela pesca com gás e bombas – como estava havendo no Rio Cipó, acreditem!

Preocupam-nos as ações dirigidas contra os economicamente pequenos, enquanto há atividades que causam muito mais danos ao meio ambiente, direta ou indiretamente ao Velhas, e são autorizadas ou toleradas, como lançamentos de todo tipo de esgoto e agrotóxicos. Expusemos numa reunião do Comando Geral de Fiscalização Ambiental Integrada (CGFAI), órgão que cuida da fiscalização ambiental no estado, que se mude essa lógica. A lógica operacional da fiscalização não tem tido equivalência política ou ética. Que adianta fazer bem feito uma coisa sem sentido?

Qualquer política em relação ao Velhas, no mínimo, precisa ser compreendida e apoiada pela população mais diretamente ligada a ele

– as populações ribeirinhas. Nossa proposta é paciência e insistência no diálogo; persuasão; compensações em alguns casos; e organização maciça de núcleos de Amigos do Rio para a interlocução e cuidado. É muito trabalho. A repressão precisa ser reservada aos casos extremos e ser socialmente aceita. A “equipe água” do Projeto Manuelzão não pode se confundir com a polícia; mas sem sair de dentro do rio. A boa fiscalização é aquela que se apoia na participação social. O Estado precisa melhorar sua forma de agir. A forte rejeição social a certos órgãos de fiscalização torna urgente um exame de consciência e de métodos do Estado. Nós precisamos colaborar para esta mudança ocorrer na Bacia do Rio das Velhas.

Mas é preciso separar o joio do trigo. Não são todos os pescadores que são cooperativos e receptivos ao diálogo. Há aventureiros e atravessadores que não pensam na sustentabilidade e prejudicam a pesca dos conscientes e organizados. Há inclusive falsos pescadores vivendo de benefícios públicos nas épocas de piracema ou de episódios graves de contaminação das águas, com carteirinhas de pescador indevidamente concedidas por órgãos públicos. Aliás, para que burocratizar tanto, e para quê carteirinha de pescador, se a cabeça das pessoas não mudar? O IEF deveria rever esta política.

O Rio das Velhas e a Meta 2010 precisam de compreensão e da liderança dos pescadores e populações ribeirinhas. O Velhas está combalido. A vitória da Meta ainda não está assegurada. Não deixemos escapar a vitória. Há muita intervenção a ser feita, dentro e fora do Rio. Há ainda obras de saneamento e ações pela mudança da mentalidade a serem realizadas. Destruir é fácil, recuperar é muito trabalhoso. ♦

Mal chegaram e já morreram?

APARECIMENTO DE PEIXES MORTOS EM CURVELO PROVOCA QUESTIONAMENTOS QUANTO À REVITALIZAÇÃO DO RIO DAS VELHAS

GABRIELLA HAUBER
Estudante de Comunicação Social da UFMG

Pode parecer que o Rio das Velhas não está preparado para receber de volta seus habitantes mais ilustres. A mortandade de peixes continua. A última de que se teve notícia foi no mês de junho, em Curvelo. Ou melhor, os peixes apareceram em Curvelo, mas o mais provável é que tenham morrido mais acima, perto de Baldim ou Lagoa Santa, a cerca de 275 km. Não foi a primeira vez que isso aconteceu por lá. Um pouco antes, no mês de maio, ocorreu outra mortandade. Por conta disso, teve gente até questionando a revitalização da bacia.

Mas não é bem assim que funciona. Não é porque tem mortandade que a revitalização não existe. Pelo contrário, a qualidade da água do Velhas está melhor e é por isso que os peixes estão voltando. Há vários motivos que podem ser responsáveis pela mortandade, que provavelmente continuará existindo por algum tempo. “São episódios eventuais e não temos como resolver de uma vez. Isso não invalida o processo de revitalização”, afirma o coordenador do Projeto Manuelzão, Marcus Vinicius Polignano.

MAS MORRERAM POR QUÊ?

No caso dos peixes que apareceram em Curvelo, a causa certa da mortandade ainda não foi identificada. Uma das possibilidades é a chuva forte que caiu em Belo Horizonte alguns dias antes. “Pode ter sido a chuva que revolveu o fundo do rio, que estava com muita matéria orgânica”, supõe o canoísta do Projeto Manuelzão, Rafael Bernardes.

Os motivos das mortandades podem ser crônicos, quando há uma exposição mais longa a um agente prejudicial, ou agudos, quando a exposição é rápida e intensa e os peixes não têm tempo de escapar do local contaminado. No Velhas, os efeitos agudos mais comuns são

a queda brusca do oxigênio dissolvido na água e o aumento da turbidez, que impede a troca gasosa. A turbidez pode ser causada, por exemplo, pela atividade mineradora, quando os rejeitos caem na água. A queda de oxigênio acontece principalmente por causa do esgoto que é despejado e aumenta a quantidade de matéria orgânica no rio. Alguns seres de metabolismo rápido, como bactérias, utilizam essa matéria orgânica e consomem o oxigênio, que diminui em algumas horas.

Dentre os motivos crônicos, estão os agentes químicos, agrotóxicos, metais pesados e efluentes industriais, que prejudicam a saúde dos peixes. Só que ao invés de ser algo que aumenta e diminui, é constante. “Uma indústria, uma área agrícola que fica anos jogando uma concentração até relativamente baixa [de dejetos], mas que o peixe fica exposto a ela muito tempo”, exemplifica o biólogo e pesquisador do Núcleo Transdisciplinar e Transinstitucional pela Revitalização da Bacia do Rio das Velhas (NuVelhas), Carlos Bernardo Mascarenhas.

A maneira de evitar a mortandade é parar de jogar esgoto doméstico e matéria orgânica no rio. O problema é que as Estações de Tratamento de Esgoto (ETEs) não tratam 100%, há cidades que não têm ETE e há lançamento clandestino. Mesmo que ETEs sejam construídas ao longo da Bacia do Velhas, a mortandade continua como consequência da degradação do passado. Durante décadas a matéria orgânica foi sendo sedimentada no leito do rio. As chuvas chegam, revolvem o fundo e a matéria orgânica vai para a superfície. “Os estudos mostram que as mortandades estão diminuindo, mas que ainda vão acontecer por uma questão relacionada ao passado e ao passivo que a gente tem no leito do Rio”, afirma Polignano. ●



FOTOS: MARCELO ANDRÉ



Mesmo com o processo de revitalização do Rio das Velhas, a mortandade de peixes pode continuar, como a que aconteceu no trecho entre Sumidouro e Funilândia durante a Expedição

Pedras no fim do caminho

ESGOTO DE SETE LAGOAS E SABARÁ
SÃO GRANDES OBSTÁCULOS PARA A META 2010

PÂMILLA VILAS BOAS
Estudante de comunicação Social da UFMG

A Expedição passou. Com algumas pedras no meio do caminho, a viagem era interrompida: será possível navegar, pescar e nadar no Rio das Velhas? Em alguns lugares sentia-se o êxito da empreitada, já em outros a sensação era de que a Meta estava longe de ser alcançada.

A maior parte das cidades conseguiu equacionar o problema do tratamento de esgoto, que é prioridade para a revitalização da bacia. Elas fizeram seus projetos, conseguiram os recursos e algumas até iniciaram as obras. Mas outras como Sabará, que lança seus esgotos *in natura* no Rio Sabará, Velhas e no Córrego Cebola, e Sete Lagoas, que lança nos córregos Matadouro, Tropeiro e Diogo, ainda não resolveram seus problemas. Além disso, o distrito de Sabará, General Carneiro, lança seus efluentes no Ribeirão Arrudas depois da Estação de Tratamento (ETE).

De acordo com um dos coordenadores do Projeto Manuelzão, Thomaz da Matta Machado, o problema é que as duas cidades são de grande porte, com mais de 200 mil habitantes, não captaram recursos e nem definiram efetivamente ações para o tratamento de esgoto. Soluções que são fundamentais para a Meta 2010.

LUZ E SOMBRA

Expedicionários e moradores debateram intensamente, durante a Expedição, os problemas de Sete Lagoas. A capacidade do Serviço Autônomo de Água e Esgoto, SAAE, foi um dos pontos de discussão. Segundo o superintendente de comunicação da Copasa, Henrique Bandeira, em 2007 a empresa ofereceu para o município a substituição de encanamento, implementação de interceptores e a construção de uma estação de tratamento para o esgoto da cidade. Em troca, a Copasa assumiria os serviços de água e saneamento. O custo das obras era de 65 milhões de reais. “As redes

de esgoto que encontramos eram mal dimensionadas, muitas vezes com interligação de esgoto com água de chuva, o que provoca refluxo de esgoto dentro da casa e mau cheiro nas bocas de lobo”, explica.

Para o prefeito de Sete Lagoas, Mario Campolina, Maroca, não houve um encaminhamento adequado das propostas da Copasa, que teriam sido pouco debatidas. Além disso, para o secretário de meio ambiente de Sete Lagoas, Lairson Couto, parte da população acreditava que o SAAE não precisaria ser substituído pela Copasa. “Por causa desse sentimento de que o SAAE é nosso, a população e os políticos se dividiram e o prefeito da época, na véspera das eleições, decidiu optar pelo SAAE”, esclarece. Apesar dos problemas administrativos e da falta de recursos, para o secretário, ele tem solução. “O SAAE tem recuperação, o que falta é vontade política e dinheiro. O que o Estado fez para ajudar Sete Lagoas?”, questiona.

Segundo o prefeito, atualmente o município está buscando recursos no Ministério das Cidades para a construção de uma grande ETE no Córrego Matadouro, orçada em 50 milhões. O projeto já está em Brasília e Sete Lagoas aguarda a liberação dos recursos. Além disso, Lairson explica que o município pretende recuperar pequenas ETES distribuídas na cidade que teriam a capacidade de tratar cerca de 3% dos efluentes e está construindo emissários de esgoto, no córrego do Matadouro. O município conta ainda com 23 milhões de reais para o projeto de urbanização de favelas e retirada de pessoas que moram próximas aos leitos dos córregos.

Com a execução desse projeto, segundo Lairson, o município irá tratar cerca de 80% do esgoto. E resume: “Antes faltava vontade política, isso não falta mais, só recursos”. A expectativa, segundo o prefeito, é que as obras fiquem prontas em um ano e meio.

FOTO: RUIPE.MOTTA



O Rio Caeté/Sabará, afluente do Velhas, ainda sofre com a poluição e com o lançamento de esgoto

SEM FIM

O vice-prefeito de Sabará, Argemiro Ramos, pediu desculpas durante a Expedição e reconheceu que o município estava em dívida com a Meta 2010. No município, o serviço de esgoto é prestado pela Secretaria de Obras da Prefeitura e não tem nenhum tipo de tratamento. Em Sabará existem duas ETEs que foram construídas na administração passada e que estão desativadas. Segundo o vice-prefeito, o município já contratou uma comissão técnica para avaliar a situação das ETEs e colocá-las em funcionamento. O diagnóstico deve sair em julho ou agosto desse ano. Segundo o secretário de obras de Sabará, Ubirajara da Silva, essas ETEs terão a capacidade de tratar cerca de 10% do esgoto da cidade.

A principal barreira para o tratamento de esgoto, para Argemiro, é a falta de recursos. Existe um projeto da Copasa de construção de interceptores e uma ETE na divisa de Sabará e Caeté. Todo o investimento está orçado em 100 milhões de reais. “Essa é a meta da administração, de negociar com a Copasa para que esse projeto seja executado. Hoje a nossa rede dá muito problema. Foi feita para um número de habitantes e o número triplicou”, explica.

A grande questão, segundo Argemiro, é o valor que a Copasa iria repassar para o município pela rede de esgoto que já está pron-

ta e o valor que será cobrado na conta dos moradores da cidade. O secretário de obras da cidade, Ubirajara da Silva, acredita que é preciso estudar o impacto da concessão da Copasa para o bolso dos cidadãos, já que a empresa pretende cobrar pelo tratamento antes da instalação das obras. Sobre o valor dos ativos da prefeitura, Ubirajara ainda não fez a conta: “Nem me dei ao trabalho de calcular. Quando eles quiserem conversar a gente senta e discute”. E acrescenta: “nós falamos que da forma como foi colocado não nos interessa, achamos que os ativos nossos valem alguma coisa e para eles não vale nada”.

Segundo o superintendente operacional da Copasa na Região Metropolitana, Clébio Batista, o projeto de tratamento em Sabará terá um custo muito elevado e será implantado em pouco tempo, de 4 a 5 anos. “Se a Copasa tiver que pagar pelos ativos da prefeitura o projeto ficaria inviável”, explica. Caso o projeto fosse aceito, a prefeitura cederia o direito de uso dos ativos e no final da concessão a Copasa os devolveria para Sabará. Sobre o aumento na conta dos consumidores, segundo Clébio, a Copasa tem uma tarifa única que é aplicada em todo o Estado. Durante a fase de implementação do sistema o custo para os consumidores é de 40% sobre o valor da conta de água e no período de início do tratamento a taxa sobe para 60%.

Sete Lagoas ainda lança esgoto nos rios, como no caso do Córrego Matadouro (à direita) que corta a cidade

Pequenos problemas, grandes soluções

É fato que várias cidades da bacia do Rio das Velhas possuem problemas pontuais que causam grandes impactos ao meio ambiente. Durante a Expedição dois ficaram em evidência: os distritos do município de Ouro Preto que lançam seus esgotos no Rio Maracujá e o lixão desativado de Nova Lima. Em Cachoeira do Campo, distrito com maior população, cerca de 8 mil habitantes, existe um projeto para a construção de uma ETE no Rio Maracujá. A obra está orçada em três milhões de reais. No momento, o distrito busca recursos para elaboração do Projeto executivo, indispensável para conseguir financiamento para a obra.

O lixão de Nova Lima é um grande passivo ambiental que foi autuado pelo ministério público em 2006. Nesse período, a prefeitura assinou um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com o ministério público. Nem todo o TAC foi cumprido. O grande problema é que mesmo com o cumprimento do TAC, o lixo continuará indo para o Velhas. Segundo o secretário de obras de Nova Lima, Antônio Bortoletti, a prefeitura está estudando uma alternativa para conter o lixo, já fizeram a sondagem e agora estão discutindo o projeto. Mas não é de solução fácil. ●



FOTO: ARQUIVO PESSOAL ZANSON COUHO

Água tem preço?

COBRANÇA PELO USO DA ÁGUA NA BACIA DO VELHAS
A PARTIR DE 2010 QUER INCENTIVAR SEU USO RACIONAL

THAIS MARINHO
Estudante de Comunicação Social da UFMG

Imagine que a Bacia do Rio das Velhas é igual a um condomínio. Cada morador paga um tanto que é usado para cuidar do prédio, fazer as reformas necessárias, entre outras coisas. Tem também um síndico que gerencia todo esse dinheiro, ouvindo os pitacos dos moradores. Foi esse exemplo que o presidente do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas (CBH-Velhas), Rogério Sepúlveda, usou para explicar como vai funcionar a cobrança pelo uso da água na bacia.

A cobrança foi aprovada em julho 2009 pelo Comitê. O próximo passo é a aprovação do Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Minas Gerais que deve acontecer até o final do ano e, provavelmente, já em março de 2010, vencem os primeiros boletos.

A ideia desse instrumento é mexer no bolso dos grandes usuários para incentivar o uso racional da água. Ele não é um imposto, já que o dinheiro não vai para os cofres do governo – todo recurso é reinvestido na bacia de origem. A cobrança é uma medida educativa.

REGRAS DO CONDOMÍNIO

Nem todo mundo vai pagar por usar a água. Só quem utilizar quantidades significativas: captar mais de um litro por segundo (veja o quadro) ou mais de 10.000 litros por dia se forem cisternas e nascentes; barragens que acumulem mais de 5.000 litros; e qualquer poço artesiano. Esses são passíveis de outorga, ou seja, devem pedir autorização para o poder público para retirar, lançar ou fazer qualquer intervenção em cursos d'água. Há uma diferença de preço mesmo entre aqueles que têm que pagar. Isso acontece por causa dos coeficientes redutores, diminuições no valor de acordo com as peculiaridades de cada setor.

A agropecuária, por exemplo, é o que mais consome água, mas é o que paga menos. O gerente de cobrança pelo uso da água do Instituto Mineiro de Gestão das Águas (Igam), Sérgio Leal, explica que “a receita que o setor gera é pequena em relação à demanda de água que ele necessita, então ele não tem uma capacidade de pagamento elevada como os outros”. É uma política comum

aqui no Brasil, nos lugares onde a cobrança está sendo implantada, que os agropecuários tenham um coeficiente redutor. No caso da Bacia do Velhas, o preço chega a sofrer uma diminuição de quarenta vezes. O outro setor que também conta com uma redução é a mineração. “[Nesse caso] é devido à necessidade de se estudar o balanço hídrico do setor”, afirma Sérgio. Aliás, é uma novidade a mineração ser cobrada. Nos lugares onde a cobrança já foi implantada, ela era isenta. Isso por que, nessas áreas, a atividade mineradora era pouco significativa. Já aqui no Velhas, a sua presença é forte.

É a agropecuária o setor que mais consome água, mas o saneamento é aquele que mais vai pagar. “A arrecadação média provavelmente vai girar em torno de 10 milhões por ano. 63% vão ser pagos pelo setor de saneamento”, prevê o vice-presidente do CBH-Velhas e gestor da Meta 2010 na Copasa, Valter Vilela. Esse valor tão alto não se deve tanto pela captação de água, mas principalmente pelo lançamento de esgoto. Por causa disso, a cobrança pode incentivar também o tratamento dos efluentes.

DENTRO DE CASA

Mas a cobrança vai refletir na conta de água do consumidor residencial? A resposta é: depende. Se no município que você mora, a Copasa é responsável pelo serviço de saneamento, sua conta vai aumentar um pouco. Se a responsabilidade for de autarquias municipais, ainda não se sabe. “Nesse momento a ideia é que a gente não repasse para consumidor, mas isso vai depender da realidade de cada autarquia”, diz a assessora de planejamento e gestão de qualidade do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Itabirito e conselheira da Agência Peixe Vivo, Irene Bernardo. O aumento médio na tarifa da conta do consumidor será em torno de 1,2%. Isso quer dizer que se você paga R\$50,00 pelo serviço, passará a pagar R\$ 50,60.

O cálculo da cobrança considera três momentos: a captação, o consumo (a quantidade captada menos a quantidade devolvida para o rio) e o lançamento de car-

gas poluentes, respeitando os níveis de poluição que são permitidos. Por enquanto, só será cobrado o lançamento de matéria orgânica, normalmente esgoto. Para cada um desses usos, o preço é diferente.

QUEM MORA AO LADO?

O secretário executivo do Consórcio Intermunicipal da Bacia Hidrográfica do Paraopeba, Mauro da Costa Val, envolvido na implementação da cobrança nesta outra bacia, acredita que algumas coisas precisariam ter sido feitas antes que a cobrança fosse implantada no Velhas. Conhecer melhor a bacia seria o passo número um. “O que se busca é fazer com que os lançamentos de esgoto e as retiradas de água considerem a capacidade que o rio tem de se manter vivo. A gente tem que conhecer essa capacidade: quanto de água passa nos rios na época de cheia e seca e quem, onde e como usa a água e lança esgotos”, afirma.

De acordo com Mauro, a implantação da cobrança sem esses conhecimentos a transformaria em um imposto. Um outro risco é começar o processo com um preço muito pequeno e estabelecer um direito adquirido pelos usuários.

Rogério Sepúlveda, que também é um dos coordenadores do Projeto Manuelzão, afirma que a história não é bem assim. “Tem 12 anos que todo mundo está batalhando para ter o instrumento de cobrança, para ter independência, para ter recursos [para investir na bacia]. Eu acho que a gente tinha que cumprir essa etapa, e ela não é definitiva”, diz Rogério. Ele se refere ao prazo de dois anos que o Comitê e a Peixe Vivo têm para fazer estudos e rever os preços e coeficientes redutores. Isso está lá na Deliberação Normativa que regulariza a cobrança no Velhas. Segundo Rogério, nesses próximos dois anos vai ser feita uma avaliação: ver o que foi arrecadado,

estudar a capacidade de pagamento dos usuários e construir a cultura da cobrança.

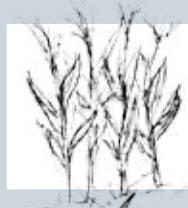
Outra pedra no sapato da implementação da cobrança é o cadastro de usuários. Já existe um cadastro com aqueles que têm a outorga. Mas muita gente ainda está de fora. São, em sua maioria, usuários que não precisam pedir autorização para a quantidade que usam, os chamados usuários insignificantes. Mas o consumo de água de vários desses pequenos usuários é, ao todo, muita coisa. É importante saber onde eles estão e quanto usam dos recursos hídricos para conhecer melhor a bacia. De acordo com Sérgio Leal, o Igam está começando a atualização do seu cadastro para pegar dados que ajudem no processo de cobrança. A atualização estava prevista para começar até o fim de julho. “Temos a previsão de ampliar o cadastro com mais usuários inclusive para chamá-los para a regularização”, afirma. ●

Um litro de água por segundo é o mesmo que...

Quem capta mais de 1 litro de água por segundo ou mais de 10.000 litros por dia se for em cisternas ou nascentes, vai pagar pelo uso da água. Mas quanto é 1 litro por segundo? Essa quantidade é igual a 806.400 litros por dia ou:



captação de água para uma vila com mais de 580 pessoas



captação de água para uma área de irrigação maior que 2 hectares



captação de água para uma criação de gado com mais de 1.700 cabeças



captação de água para uma criação de aves com mais de 340.000 aves



Pra onde vai o dinheiro

A cobrança será feita pelo Igam, mas quem vai gerenciar esses recursos será a Peixe Vivo, associação equiparada a uma agência de bacia hidrográfica. Ela irá aplicar o dinheiro de acordo com o plano diretor de bacia e com o que o CBH-Velhas decidir que é prioridade. Tudo o que a associação pretender implementar deverá constar num contrato de gestão – feito entre a Peixe Vivo e o Igam, que será renovado de tempos em tempos. Algumas coisas ainda estão no ar. Por exemplo, a periodicidade em que o contrato será renovado e como de fato se dará a prestação de contas. Um grupo de trabalho no Conselho Estadual de Recursos Hídricos vai decidir como será o contrato até o fim desse ano.

Para a cidade não virar mar

OBRAS ANUNCIADAS PELA PREFEITURA PARA CONTER
O RISCO DAS ENCHENTES PODEM NÃO RESOLVER O PROBLEMA

PÂMILLA VILAS BOAS E STÉPHANIE BOLLMANN
Estudantes de Comunicação Social da UFMG

“**V**ou te falar, até hoje eu não consigo esquecer o drama que foi a enchente do início do ano”. Com esse depoimento começa a propaganda da prefeitura de Belo Horizonte na TV, que anuncia um pacote de obras contra as enchentes. Ao todo são cinco grandes obras. As bacias de retenção do Córrego Bonsucesso e do Córrego Engenho Nogueira, que iniciaram ainda em 2008. A bacia de retenção do Córrego Jatobá Olaria. O reforço das galerias pluviais do Córrego da Serra. E a ampliação do canal do Córrego Ressaca.

Elas estão concentradas na bacia do Ribeirão Arrudas, o local mais impactado e com mais riscos de enchentes, mas não o único a sofrer na época de chuvas. Vários outros pontos de Belo Horizonte lidam periodicamente com as cheias. A região da Pampulha, por exemplo, vira e mexe tem inundações. O próprio Campus da UFMG, que fica nessa região, já foi invadido pela água. Mas mesmo a região do Arrudas, onde as obras estão sendo feitas, ainda pode sofrer com as enchentes no próximo verão. Nesse período as chuvas voltam com força total e tirando as obras do Engenho Nogueira e do Bonsucesso, que devem terminar antes, a previsão é que as obras demorem cerca de dois anos para serem concluídas.

Das cinco obras, três são bacias de retenção. Elas têm um princípio muito simples: quando chove, ao in-

vés da água ir toda para os córregos, correndo o risco de transbordar e inundar as áreas próximas, ela fica acumulada na bacia. A água acumulada só é liberada quando o nível do curso d’água a jusante – abaixo daquele trecho – começa a diminuir. Isso é eficaz para diminuir o pico das cheias e também os riscos de inundação, mas não resolve de fato o problema. O ciclo natural da água é chover e infiltrar no solo. O que não acontece devido ao alto grau de urbanização e impermeabilização da cidade. A bacia de retenção apenas retém a água por um tempo, mas não faz com que ela infiltre, e quando liberada, o problema das inundações pode ser transferido para as regiões a jusante.

O mesmo acontece quando se amplia um canal que não suporta mais o nível de água que recebe. Com a ampliação, apenas muda-se o problema de lugar. “No caso do canal [do Córrego Jatobá Olaria], é uma alteração grande e está transferindo o impacto e a inundação para Sabará”, afirma o presidente do Comitê de bacia Hidrográfica da Bacia do Rio das Velhas e um dos coordenadores do Projeto Manuelzão, Rogério Sepúlveda.

Por causa do modelo de urbanização e da ocupação desordenada dos fundos de vale, grandes obras, como as bacias de retenção, são necessárias, mas não dá para ter apenas soluções em grande escala. “Você tem que pensar sempre em uma combinação de medidas. Acho difícil imaginar que só as bacias de retenção venham a resolver completamente”, afirma o professor do Departamento de Engenharia Hidráulica e Recursos Hídricos da Escola de Engenharia da UFMG, Nilo de Oliveira.

Rogério Sepúlveda acredita que “o princípio ideal era que não tivesse nenhuma bacia [de retenção], que o rio tivesse a capacidade de receber aquela vazão, não tivesse as margens ocupadas e deixasse o próprio rio inundar. Mas como a cidade foi construída ao redor dele, ela passa a ser inundada pelo rio”. Para que não continuemos cometendo os mesmos erros, ele afirma que o programa contra as enchentes deveria ser mais amplo e considerar a cidade como um todo. “Podia ser um programa muito melhor de recuperação não só das enchentes. Proteção das áreas dos futuros parques lineares para que não venha a ocupação irregular”, diz.

A bacia de retenção do Córrego Engenho Nogueira é apenas uma das cinco obras contra as enchentes que compõem o pacote anunciado pela Prefeitura de Belo Horizonte



FOTO: ARQUIVO PREFEITURA DE BELO HORIZONTE



NÃO VÁ EMBORA

Nas inundações, a água é vista com uma vilã, que traz prejuízos, doenças e até mortes. Mas outro problema está na forma como ela é gerida. Tentamos nos livrar das águas pluviais enquanto elas poderiam ser utilizadas no abastecimento. Se elas fossem aproveitadas, a quantidade de água da chuva em circulação na cidade diminuiria. O risco de erosões, assoreamentos e inundações também. E como as águas pluviais poderiam ser utilizadas? A essa pergunta, o geólogo Edézio de Carvalho responde com outras três: “eu preciso de água po-

tável para regar jardim? Para jogar no sanitário? Para fazer concreto pré moldado?”.

Pode parecer clichê, mas pequenas ações fazem a diferença para evitar as inundações. Duvida? Então olha só: se ao invés de concreto você utilizar na sua garagem aqueles pisos que permitem a infiltração, vai diminuir apenas alguns metros cúbicos da água que vai parar nas galerias e nos córregos. Mas essa pequena quantidade pode ser suficiente para transpor a soleira de uma porta e inundar uma residência.

É por isso que apenas as grandes obras, como as bacias de retenção,

não são suficientes. Intervenções em escalas locais, a nível de bairros e quarteirões, são necessárias. Os tetos verdes são um bom exemplo para armazenar a água. Pode ser um jardim ou uma área verde nos telhados que impeçam a água da chuva de chegar nas galerias pluviais. O jardim nem precisa estar no telhado. Se a água que cai no teto for direcionada para uma área permeável do terreno, já resolve. As formas de utilização das águas pluviais são inúmeras. Na agricultura urbana, por exemplo, a água pode ser armazenada e utilizada para a irrigação de hortas.

Obras no Córrego Bonsucesso, na região do Barreiro, devem terminar antes. As restantes, só em dois anos

Risco zero

As obras tendem a criar uma sensação de segurança na população, como se depois de implantadas fossem resolver completamente o problema das inundações. Acontece que independente das intervenções, sempre existe o risco de enchente. As bacias de retenção, os canais, as galerias pluviais, são projetadas tendo em vista um certo padrão de ocupação e urbanização para comportar um limite de chuvas. Mas se observamos a história da urbanização do Brasil, percebemos que as cidades quase sempre crescem mais que o planejado. Em um prazo relativamente curto, as obras de drenagem podem se tornar obsoletas. A população aumenta.

Aumenta o número de casas e espaços cobertos pelo concreto. Diminuem as áreas de infiltração. Aumenta o volume de água que, em vez infiltrar no solo, vai se concentrar nas galerias pluviais e nos cursos d'água. As obras que estão sendo realizadas agora, podem não suportar o volume de água daqui a alguns anos.

Outro ponto é que, de acordo com o coordenador executivo do programa responsável por monitorar as obras realizadas pela prefeitura – o Drenurbs –, Ricardo Aroeira, “toda intervenção em drenagem leva em consideração uma relação de custo benefício”. Por exemplo, a bacia de retenção

é construída para aguentar certa quantidade de chuva. Onde a chuva acontece periodicamente, o investimento compensaria. Por outro lado, não valeria à pena fazer um investimento muito alto para suportar uma chuva torrencial intensa, mas com poucas chances de acontecer. Mas um dia, essa chuva improvável pode vir. E não estaremos preparados para ela. Como afirma Ricardo Aroeira, “a pior chuva é aquela que não aconteceu ainda. Se você disser que qualquer obra eliminou o risco de inundações, não está sendo verdadeiro. O que você fez foi diminuir, minimizar o risco”. ●

É bom desconfiar

NEM SEMPRE O TOMATE MAIS VERMELHO É O INDICADO PARA SUA SALADA. OS AGROTÓXICOS SÃO UM PRATO CHEIO DE RISCOS E INCERTEZAS

GABRIELLA HAUBER E VICTOR VIEIRA
Estudantes de Comunicação Social da UFMG

Os nomes diferentes não são à toa. O que para uns é veneno, para outros é defensivo. Foram os agrotóxicos que, a partir dos anos 1970, permitiram a produção de alimentos em maior escala e facilitaram o trabalho na lavoura. Eles têm suas vantagens, mas trazem vários problemas. Desde 2008, o Brasil ocupa o primeiro lugar no ranking de países que mais consomem agrotóxicos no mundo. Esse pódio não é motivo para comemoração. Muitos saem perdendo: quem produz e come os alimentos e o meio ambiente. O crescimento do uso de agrotóxicos faz com que eles, aos poucos, ocupem mais espaço nas mesas de debate – e do consumidor.

DÁ PRA SEGUIR A BULA?

Nem trabalho mecanizado nem lavouras de exportação. A cara da agricultura na bacia do Rio das Velhas é outra. Na maioria, são pequenas propriedades familiares cuja produção é voltada para consumo próprio ou horticultura para abastecer as grandes cidades. Mas o consumo de agrotóxicos é alto. Durante o segundo semestre do ano passado, as cidades onde houve maior compra desses produtos estão na região metropolitana: Contagem, Belo Horizonte e Sete Lagoas. Mas isso não significa que é por lá que eles são aplicados. É comum que os produtores rurais comprem agrotóxicos nos grandes centros para usarem no interior.

A permissão para fabricar agrotóxico é assunto de mais de um ministério: Saúde, Meio Ambiente e Agricultura. Já a fiscalização é de responsabilidade dos estados. No caso de Minas, é atribuição do Instituto Mineiro de Agropecuária (IMA) fiscalizar o cumprimento de critérios rígidos de uso.

Comprar agrotóxico é quase como ir à farmácia. Você tem que levar uma receita específica, prescrita por um engenheiro agrônomo. No estabelecimento, os produtos devem estar corretamente lacrados e armazenados e tudo fica sob a responsabilidade de um profissional especializado. “Temos registradas 928 lojas de revenda. Em 2006, eram cerca de 3000. Diminuiu por causa da fiscalização”, aponta o coordenador de uso e fiscalização de agrotóxicos do IMA, Thales Pereira. Para aplicar esses agrotóxicos, o produtor deve seguir as recomendações à risca. Como qualquer veneno, a diferença entre o que mata as pragas e o que mata as plantas e animais está no tipo e na dose.

Esse setor do IMA também vai a campo. Só que o número de fiscais é pequeno e não é possível estar em todos os lugares. Os técnicos fazem vistorias nas propriedades, exigem receitas e documentos. Eles também checam os lugares de armazenamento e recolhem alimentos para análise. Além disso, é proibido deixar as embalagens dos venenos largados no solo e nos rios. As irregularidades são muitas. “Já encontramos agrotóxicos guardados até debaixo da cama”, lembra Thales.

As orientações de manejo são várias. Há vezes em que o trabalhador não conhece essas instruções. Em outras, é inviável segui-las. Macacão, luvas, óculos de proteção, botas e chapéu. O equipamento de proteção individual, por exemplo, não combina com a realidade do produtor que passa horas debaixo do sol. Para a coordenadora da Assessoria de Vigilância Sanitária em Saúde do Trabalhador da Secretaria de Saúde de Minas, Jandira Maciel, o problema não é só o uso inseguro. Não adianta o produtor estar protegido da cabeça aos pés, se os produtos causam outros danos. “Certa vez, em uma reunião sobre impactos dos agrotóxicos na saúde, vi um senhor perguntar ao engenheiro agrônomo: ‘qual equipamento de proteção você recomenda para os passarinhos?’”, conta Jandira.

POR TODAS AS VIAS

Os agrotóxicos podem chegar às pessoas e ao meio ambiente de várias maneiras. É pelo solo, água, ar, pele, boca, nariz... E quando chegam assim, não são bem-vindos. Pelo contrário, atacam e destroem o que não devem. Os agricultores utilizam os agrotóxicos para controlar pragas que invadem suas plantações. Só que o tiro acaba saindo pela culatra. “Ao controlar a praga, você atinge um conjunto variável de outros seres”, afirma um dos coordenadores do Projeto Manuelzão, Tarcísio Pinheiro, que também é médico especialista em saúde do trabalhador.

O uso descontrolado de agrotóxicos degrada – e muito – o ambiente. A começar pela contaminação direta do solo, do ar e da água, com a chamada poluição difusa, que no período de chuvas, carrega os resquícios dos produtos para os rios. Tudo isso leva à contaminação das espécies da fauna, flora e os seres humanos que bebem a água, respiram o ar e consomem os alimentos contaminados.

A contaminação interfere em toda a cadeia alimentar. Ao exterminar um inseto, por exemplo, é exterminado também o predador desse inseto, o predador do predador e assim por diante. O que agrava a situação é o acúmulo de agrotóxicos no solo e na água.

Os danos à saúde causados por agrotóxicos não ficam atrás dos ambientais. Além das consequências da degradação ambiental, há também os riscos do contato direto com os agrotóxicos e do consumo de alimentos contaminados.

Os mais prejudicados são os produtores rurais, que estão em contato direto. Existem os efeitos agudos, que aparecem rapidamente e os efeitos crônicos, que se manifestam em um prazo maior. Os quadros de intoxicação aguda variam de graves, que podem levar à morte, a sintomas leves, como irritação na pele e dor de cabeça. Os efeitos crônicos, como o câncer, são, na maioria das vezes, graves e os tratamentos custam muito aos cofres públicos. Mas tanto os efeitos agudos como os crônicos variam de pessoa para pessoa. Depende do grau de exposição, do tipo e concentração do agrotóxico e do próprio sistema imunológico do indivíduo.

Os casos agudos são mais fáceis de diagnosticar do que os crônicos, que podem demorar anos para aparecer e apresentam sintomas não específicos de intoxicação por agrotóxicos. Como os efeitos agudos são mais



As hortas comunitárias de Sete Lagoas são um bom exemplo de produção orgânica em parceria com a Prefeitura

FOTO: VICTOR VEIRA



Acabaram os agrotóxicos...

... acabaram os riscos? Não é assim tão simples. De acordo com a lei 9974/00 é responsabilidade do produtor devolver a embalagem lavada três vezes, inutilizada e perfurada, no prazo de um ano depois da compra. O local de recebimento de embalagens, que atenda a resolução 334/03 do Conselho Nacional de Meio Ambiente, deve ser indicado pelo vendedor na nota fiscal. Em Minas Gerais existem 55 centros de recebimento de coleta. A indústria é responsável por recolher as embalagens e dar destinação correta. De acordo com Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias, 80% do volume total das embalagens é devolvido. O Instituto faz a reciclagem das que são lavadas e incinera as não laváveis. Com o material resultante da reciclagem, são produzidos, por exemplo, tubos para esgoto, recipientes para óleo lubrificante e tampas para embalagens de agrotóxicos.

FOTO: BANCO DE IMAGENS INPEV



imediatos, às vezes, o próprio paciente já fala que começou a passar mal depois de utilizar determinado agrotóxico. Por outro lado, por serem principalmente sintomas mais leves, muitas vezes o agricultor nem procura os postos de saúde para se tratar e o caso não é notificado. Os atendimentos a casos de intoxicação por agrotóxicos devem ser notificados no Sistema de Informações de Agravos de Notificação para possíveis estudos.

Para quem consome produtos contaminados por agrotóxicos, os riscos são um pouco menores, mas existem e são difíceis de avaliar. “Estamos expostos a uma variedade de substâncias que são agressivas ao organismo. A gente não sabe se os efeitos são somatórios ou se potencializam. É muito difícil ter a avaliação de um produto individualmente”, afirma a bióloga e coordenadora do Grupo de Estudos em Saúde e Trabalho Rural, Eliane Novato. Ela acrescenta que há testes feitos em animais, mas que não dá para falar se no “mundo real” os efeitos são os mesmos. “Sabemos que consumimos muito agrotóxico na bacia do Velhas. A gente estima um efeito grave com relação à saúde da população e a saúde ambiental. Mas não temos essa dimensão”, afirma Tarcísio, sobre a importância de levantar dados do uso e efeitos dos agrotóxicos.

Para avaliar os agrotóxicos nos alimentos há o Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos (PARA), ligado a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). No último relatório do PARA, de 2008, foram identificadas irregularidades, como uso de agrotóxicos proibidos, concentrações acima das recomendadas e uso não autorizado para determinadas culturas. Em Minas Gerais, o principal problema foi o uso de agrotóxicos não autorizados para as culturas.

AGRO SEM TÓXICO

O integrante do núcleo de Meio Ambiente do IMA, Alexsander Sousa, aproveitou a

Expedição pelo Velhas 2009 para conhecer melhor a realidade dos produtores. Ele e seu grupo fizeram visitas a propriedades, escolas, mercados e pontos de venda de agrotóxicos para saber como anda a situação da agricultura na bacia do Velhas.

Segundo Alexsander, “os produtores sabem que agrotóxico faz mal. A dúvida é: se não usar, o que vai ser da lavoura amanha?”. Surge como alternativa a agricultura agroecológica. No lugar de venenos que atacam as pragas, ela trabalha em uma linha preventiva, como o uso de caldas, compostos orgânicos feitos, por exemplo, com urina de vaca, e rotação de culturas. “Você permite que a planta conviva com as doenças, mas não dá espaço pra que elas se manifestem em grande quantidade”, esclarece a coordenadora da Comissão da Produção Orgânica em Minas pelo Ministério da Agricultura, Miriam Ester.

Existe a certificação dos produtos orgânicos. O IMA, por exemplo, dá um selo que indica que na produção do alimento não foram usados agrotóxicos. Embora seja uma garantia para o consumidor, o selo pode pesar no bolso. “O processo de certificação é caro”, aponta Tarcísio Pinheiro.

Ainda falta para o consumidor entender as dificuldades de produção. Quem vai às compras procura o alimento maior, mais vistoso. Nem sempre ele é saudável. Como não leva agrotóxicos, o produto orgânico está mais sujeito a problemas de cultivo relacionados a solo, fertilização e estações do ano. De acordo com Alexsander, o Médio e Baixo Velhas concentram pouco comércio de orgânicos. Na região próxima à capital, eles são encontrados com mais facilidade, em feiras especializadas ou nas prateleiras dos supermercados. No meio rural, é complicado estimar o volume das vendas diretas feitas pelos produtores.

Renato Maia não tem do que reclamar das vendas. Produtor rural em Funilândia, ele fornece alimentos para três supermercados. Há dez anos, passou mal por causa

Processo de reciclagem: as embalagens vazias de agrotóxicos devem ser levadas para locais adequados onde são incineradas ou recicladas



Plantação em Caracol: a disposição das plantas em caracol favorece o cultivo por permitir um melhor aproveitamento da água e da luz solar

dos venenos que usava em sua propriedade. Como muitos trabalhadores do campo, não foi a posto de saúde nem recebeu tratamento. Só esperou passar a tonteira. Mas diferente da maioria, Renato decidiu fazer a transição da agricultura convencional, com agrotóxicos, para a orgânica.

Essa transição é estimulada por assistência técnica. São feitas palestras, seminários e oficinas sobre o tema. O coordenador de Agroecologia da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater), Fernando Tinoco, explica que há troca de experiências com o agricultor e é respeitado o conhecimento tradicional. Os técnicos também são treinados para orientar os produtores de acordo com a legislação ambiental. Jandira Maciel defende que o governo trouxe os insumos agrícolas, agora é sua obrigação incentivar o orgânico. Segundo Renato Maia, a assistência técnica ainda não é suficiente, assim como os incentivos do governo. “Mas são problemas gerais, pra qualquer tipo de produtor”, afirma.

Exemplos de que a produção orgânica pode ser um caminho

Em Sete Lagoas foram criadas hortas comunitárias com plantação exclusivamente orgânica. A ideia surgiu há 25 anos a partir da demanda de trabalhadores que vinham do campo para a cidade. “As pessoas procuraram a prefeitura e a Emater para montar a primeira horta comunitária, que surgiu com 35 famílias”, explica a engenheira agrônoma da Emater, Érika Carvalho. Hoje já são 300 famílias trabalhando nas sete hortas em Sete Lagoas.

É um trabalho em conjunto. A prefeitura disponibiliza a infra-estrutura, como água, transporte e organiza as feiras onde os alimentos são vendidos. A Emater dá as orientações para cultivo e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) entra com as pesquisas para o melhor controle de pragas, como caldas e predadores naturais. Em troca os agricultores reservam parte da produção para a merenda escolar e podem vender o restante e utilizar para consumo próprio. Segundo os produtores, a demanda em Sete Lagoas é boa. Nas feiras os alimentos mais procurados são alface, cebolinha, couve, repolho e rúcula.

Benedito Rafael da Costa, produtor e presidente da Associação dos Produtores da Horta Comunitária, garante que a produção orgânica vale a pena. “A diferença

de trabalhar sem agrotóxico é que além de preservar o meio ambiente, o produto é sadio para o consumidor. É mais difícil de produzir, mas em compensação depois de colhido ele dura muito mais”.

Também em Sete Lagoas, um pouco mais afastado do centro urbano, há outro lugar onde se planta e cria porco e galinha organicamente. É a fazenda de Marconi Serra, a Sete Ecos. Lá é tudo pensado para aproveitar melhor o espaço e otimizar a produção. Foram construídos reservatórios para armazenar a água da chuva. As plantações são organizadas de maneira a facilitar o controle de pragas, aproveitar melhor a água e levar em conta os ventos fortes que sempre passam pela fazenda.

As hortas não têm aquele formato convencional, em linhas retas horizontais, são em caracóis, por exemplo. O lugar que cada planta ocupa também é pensado. Tem aquelas altas e fortes que formam uma barreira contra o vento, aquelas que espantam os predadores naturais, dentre outras. “Usamos adubação verde, rotação de culturas, curvas de nível, que fazem com que uma área específica produza por tempo indeterminado”, explica Marconi. Ele recebe visitas de vários grupos que participam de oficinas para aprender as técnicas utilizadas. ◆

Não adianta chorar a madeira derrubada

EXTRAÇÃO ILEGAL DE MADEIRA EM MINAS É PROBLEMA CONHECIDO. NOVA LEGISLAÇÃO PODE AJUDAR A RESOLVÊ-LO?

JESSICA SOARES
Estudante de Comunicação Social da UFMG

Dinheiro não dá em árvore, mas a derrubada delas é bastante lucrativa – ainda mais se forem utilizados métodos fraudulentos. A Lei Estadual 14.309, de 2002, determina que apenas 10% do carvão produzido em uma propriedade pode ter como matéria prima a madeira nativa. Em compensação, permite maior exploração mediante reposição de novas mudas ou pagamento da madeira em dobro, sem um valor limite.

Para tentar corrigir essa brecha e esclarecer as determinações da lei florestal, foi aprovado no dia 11 de agosto o Projeto de Lei (PL) 2.771/08, de autoria do Governo do Estado. O PL é uma das principais determinações do Governo para atingir a meta estabelecida pelo Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado – plano estratégico das políticas públicas do estado – de elevar a área de cobertura vegetal nativa em Minas dos atuais 33,8% para 40%, até 2023.

Houve reuniões com deputados, representantes do setor produtivo e ambiental, e várias emendas e substitutivos foram propostos para complementar a lei. “Procuramos recolher o máximo de sugestões para o

enriquecimento desse projeto”, diz o deputado Fábio Avelar, relator do PL e presidente da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

O PL estabelece um limite do consumo de mata nativa para produção do carvão por cada produtor. Até 2013 ele deve ser no máximo de 15%, independentemente do replantio. De 2014 a 2017 esse percentual cai para 10%. E, a partir de 2018, o máximo será de 5%. Para viabilizar essa medida foi estabelecido um cronograma obrigatório de plantio: em até oito anos, as siderúrgicas terão que se adequar para produzir 95% da madeira que utilizam. No final, dos 100% de carvão produzidos, pelo menos 95% serão oriundos de mata plantada e no máximo 5% da nativa.

O LADO “PRODUTIVO”

O PL também definiu que a Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Seapa) é responsável por toda ação ligada ao desenvolvimento do setor produtivo e do mercado de produtos florestais cultivados. Uma das grandes reclamações do



FOTO: MARCELO ANDRÉ

Por conta de fatores como a produção de carvão, hoje resta menos de 34% da cobertura vegetal nativa de Minas Gerais. Com a nova lei pode voltar a ser 40% até 2023

setor produtivo é a burocracia do processo de fiscalização, entrave para o desenvolvimento da atividade. Defendem a separação da política de florestas plantadas e florestas nativas. “Floresta plantada é agricultura, não é nativa, não é meio ambiente”, diz o deputado Dr. Viana, autor do substitutivo nº2 e presidente da Frente Parlamentar Mineira da Silvicultura.

A superintendente executiva da Associação Mineira de Defesa do Ambiente (Amda), Dalce Ricas, pensa que essa divisão seria prejudicial, até por clareza de papéis. “A função de proteger o meio ambiente é de todas as secretarias, mas a de fiscalizar é da Secretaria de Meio Ambiente”, diz. O substitutivo que propunha a separação não foi incluído na versão final do PL. Fábio Avelar afirma que a fiscalização da atividade continua sendo responsabilidade do IEF. Mas com diferenças.

Fábio explica que, pela nova lei, os produtores não precisarão mais de autorização para corte de florestas plantadas para produção de madeira, só nota fiscal. O mesmo vale para as destinadas à produção de carvão. Depois do corte, o produtor deve emitir nota fiscal e informar ao IEF a volumetria, origem e local onde foi carbonizada. Os caminhões serão monitorados através de um chip obrigatório que indica seu deslocamento.

DINHEIRO NÃO DÁ EM ÁRVORE?

As atuais falhas da legislação favorecem a atuação das “máfias do carvão”, organizações criminosas que têm como objetivo vender para indústrias siderúrgicas carvão de origem ilícita. Isso significa burlar a lei ambiental que restringe o consumo do produto oriundo de matas nativas. Para acobertar a exploração ilegal, utilizam-se documentos fiscais falsos e desvio de recursos tributários.

Conter sua atividade não é fácil. Isso porque, ao agirem, as máfias não procuram apenas brechas na lei, mas principalmente na fiscalização. Os líderes das organizações adquirem o direito de explorar florestas nativas usando procurações e “laranjas”, já que raramente vinculam seus nomes às fraudes. Os contratos simulados são então usados para obter autorização para desmate no órgão ambiental. Depois de feito um inventário florestal da propriedade, é determinado pelo órgão uma quantidade de madeira nativa que aquele produtor pode extrair de sua propriedade. Com os documentos em mãos, os líderes da máfia emitem notas fiscais que correspondem ao valor autorizado, mas são usadas, na verdade, para acobertar a retirada da mata nativa.

Parte do carvão é produzido a partir da madeira extraída na propriedade, como for-

ma de aparentar regularidade. Mas a maioria das notas é vendida para quem quer “legalizar” o carvão fabricado sem autorização – podem extrair a madeira nativa de área não autorizada pelo órgão ambiental, usando a nota para acobertar a atividade ilegal. As notas são, assim, legais, por corresponderem a um desmate autorizado, e ilegais, por encobrirem a retirada de floresta nativa de áreas não permitidas.

Nas siderúrgicas, o valor da nota correspondente ao carvão transportado é subtraído do total autorizado pelo IEF. Como são emitidas centenas de notas fiscais, eventualmente esgota-se o valor total autorizado pelo órgão. Argumentando que o potencial de produção havia sido subestimado, são requeridas novas avaliações da propriedade. Geralmente um mesmo servidor é responsável pela vistoria em diversas propriedades do estado e esse mesmo técnico do órgão ambiental autoriza a exploração complementar e emissão de novas notas.

O diretor geral do Instituto Estadual de Florestas (IEF), Humberto Candeias, conta que tão logo foi instituído um selo para estreitar a fiscalização da extração vegetal, em 1993, as organizações passaram a falsificá-lo. Desde então tenta-se combater as máfias. “Quando se descobre o que pode ser feito em termos administrativos, a máfia inventa outra forma de burlar”, diz.

Contra-ataque

Além de mudanças na fiscalização e aumento do policiamento, em março desse ano foi iniciada a Operação SOS Cerrado. Para identificar e desarticular as máfias do carvão, atuaram juntos o Ministério Público Estadual (MPE), Secretaria de Estado da Fazenda e Polícia Militar de Minas Gerais. De acordo com os dados do MPE, só as organizações investigadas deixaram um vazio de R\$ 23 milhões nos cofres públicos. No meio ambiente o rombo é ainda maior: mais de um milhão de metros cúbicos de carvão, o equivalente a 15 mil campos de futebol de floresta.

O nome “SOS Cerrado” remete à uma grande preocupação: o impacto ambiental no norte e noroeste de Minas. Enquanto 93% da Mata Atlântica foi destruída em 500 anos, o Cerrado perdeu quase 70% de sua cobertura em 40 anos, principalmente com o desmatamen-

to e atividade agropecuária. Esse tipo de impacto pode ser irreversível. “Destrói a biodiversidade matando espécies locais, prejudica o solo com a erosão”, explica Maria Dalce Ricas, da Amda.

A operação cumpriu 53 mandados de busca e apreensão e 12 pessoas foram presas. Segundo o MPE, os documentos apreendidos revelam que várias quadrilhas tinham apoio dentro do IEF para cometer os crimes. O órgão ofereceu auxílio nas investigações, disponibilizando funcionários do corpo técnico para análise dos documentos apreendidos e também apoio logístico. Segundo Humberto Candeias, o órgão está em “situação de avaliação de todas as atividades relacionadas à fiscalização no interior, a partir dos próprios supervisores regionais”. ◆

Que ônibus pegar

AÇÕES JUNTO ÀS ESCOLAS SÃO PRIORITÁRIAS PARA SE TRABALHAR A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA BACIA DO RIO DAS VELHAS

STÉPHANIE BOLLMANN
Estudante de Comunicação Social da UFMG

Quem viu passar a Expedição pelo Velhas 2009 deve ter reparado também num ônibus azul, com uns toldos, cartazes, maquetes e umas pessoas que não paravam de falar. Era a Unidade Móvel de Educação Ambiental. Os cartazes e maquetes tratavam sobre o ciclo da água, a relação entre a saúde e o meio ambiente, mostravam os peixes, bentos e a situação da bacia do Rio das Velhas. As pessoas que não paravam de falar? Pesquisadores do NuVelhas, o Núcleo Transdisciplinar e Transinstitucional pela Revitalização da Bacia do Rio das Velhas, que apresentavam seus estudos e expunham seus conhecimentos para alunos entre 11 e 15 anos das escolas da Bacia.

A proposta do ônibus surgiu como uma necessidade do próprio Projeto Manuelzão de expandir suas atividades de Educação Ambiental para fora da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), foco das ações da Meta 2010. “O Manuelzão é direcionado para uma bacia de 51 municípios e a gente estava muito concentrado em Belo Horizonte”, conta a bióloga do NuVelhas, Juliana França, que ajudou a montar o projeto da Unidade Móvel. O ônibus não esteve em toda a bacia, mas onde esteve, atendeu mais de três mil alunos. Era para ser apresentações que durassem em torno de uma hora, com cerca de 40 estudantes por vez. Não foi bem o que aconteceu. Dependendo do lugar e da situação, os pesquisadores precisaram improvisar. Em Lassance, eles tiveram que dar conta das 150 crianças que chegaram de uma vez.

O grande número de estudantes que passava diariamente pelo ônibus e o tempo limitado impediram um trabalho mais aprofundado. Os alunos ouviam atentamente as informações, mas isso não é o suficiente para transformá-los em pessoas capazes de modificar o ambiente em que vivem. Juliana, que esteve no ônibus durante toda a Expedição, acredita que “pelo menos, eles começaram a se sensibilizar pra algumas coisas que até então não davam atenção”.

A BACIA É O CANAL

Um dos conceitos trabalhados durante as apresentações do ônibus itinerante foi o de Bacia Hidrográfica. Os alunos não sabiam o que era e nem a qual pertenciam. Aliás, muito professor também não sabe ou se sabe não consegue aplicar o conceito. A pedagoga e membro do Projeto Manuelzão, Lísia Godinho, conta que durante cursos ministrados na RMBH deu para perceber essa deficiência dos professores: “Eles não sabem que estão na bacia do Rio das Velhas. Até sabem o que é uma bacia, porque são professores de geografia, mas ele não faz a ponte: ‘eu sei que eu estou em uma bacia. Mas qual bacia?’”.

E a Bacia Hidrográfica pode ser um ótimo ponto de partida para se trabalhar a Educação Ambiental. A Bacia é um território onde acontecem fenômenos biológicos, geológicos, hidrológicos, climatológicos. Além dos processos sociais. E por isso possibilita uma visão integrada do ambiente. Outro ponto positivo é que a partir dela é possível trabalhar com a realidade local da comunidade, oferecendo um universo conhecido, mais acessível e passível de aplicação do conhecimento.

Toda bacia hidrográfica de menor escala está dentro de uma maior. Assim: a Bacia do Ribeirão Arrudas está dentro da Bacia do Rio das Velhas. E Bacia do Velhas está contida na do São Francisco. Então, além de se poder trabalhar com uma unidade territorial menor e mais acessível, é possível relacionar o que acontece em escala local com o que acontece em escala global.

Utilizando a bacia hidrográfica como um tema gerador para se trabalhar a Educação Ambiental, vários outros temas podem surgir, fazendo com que nas escolas, por exemplo, ela possa ser trabalhada em muitas disciplinas. Tipos e usos do solo, relevo, clima, ocupação humana, história ambiental local, podem ser temas de redações, elaborações de mapas, ensaios fotográficos, maquetes.

Durante a Expedição, mais de três mil alunos assistiram apresentações da Unidade Móvel de Educação Ambiental



FOTOS: MARCELO ANDRÉ

Três para um

Como trabalhar a Educação Ambiental de uma forma mais participativa? Para o especialista em Educação Ambiental, Alvamar Queiroz, ela precisaria ser feita de maneira dialógica, onde educador e educando constroem juntos um novo conhecimento. Não é suficiente passar muitas informações para os alunos em uma, duas horas. É necessário que eles sejam questionados e incentivados a trazerem suas experiências e conhecimentos para a discussão, para que a partir daí novas soluções surjam.

Para Alvamar, a Educação Ambiental passa por três momentos. O estudo da realidade, que é a problematização inicial, o momento em que são apresentadas questões e situações

para discussão com os alunos. A organização do conhecimento, a fase em que são desenvolvidas definições, conceitos e relações, o aluno precisa perceber a existência de outras explicações para os fenômenos problematizados. E a aplicação do conhecimento, a fase de sistematização, quando o aluno terá a possibilidade de atuar sobre a realidade.

Para que esses três momentos aconteçam, antes de tudo é preciso que se escolha um tema gerador. Um assunto que seja próximo para as pessoas e que possibilite uma abordagem ampla e até interdisciplinar. A energia, a agricultura familiar ou ... a bacia hidrográfica.

As apresentações foram um bom ponto de partida, mas escolas precisam dar continuidade ao trabalho de Educação Ambiental



FOTOS: ARQUIVO PROJETO MANUELZÃO

Carta pra você

Para incentivar os trabalhos de Educação Ambiental nas escolas da bacia foi elaborada pelo Projeto Manuelzão a Carta às Escolas. “Durante a expedição, vimos a importância do contato com as escolas. Então bolamos um projeto de dar continuidade ao contato inicial. Um documento falando que seria interessante que cada uma desenvolvesse uma gestão ambiental, uma meta, de acordo com o problema deles naquele momento”, conta Lísia. Em vez de apenas serem convidadas a assistirem, as escolas agora é que vão montar o espetáculo. E é isso que faz com que elas se sintam parte do processo. A coordenadora do Grupo de Estudos Multidisciplinares em Educação Ambiental da UFMG, Gisele Brandão, acredita que “às vezes a gente só convida, e convida de uma maneira que não é reconhecida pelo grupo da escola. A escola precisa participar dessa escolha”.

A ideia é que cada escola parta de um tema próximo a sua realidade e proponha uma meta de ação. Essas metas serão monitoradas e orientadas via internet pelo Projeto Manuelzão. Por exemplo, uma escola que possui um

rio poluído passando por trás de seu terreno e que percebe que muitos alunos faltam à aula por estarem doentes pode tentar elaborar um projeto que relacione as ocorrências, tentando levar pais, alunos e professores a se questionarem: quais são as doenças que afetam nossos alunos? São doenças hídricas? Elas podem estar sendo causadas por causa do rio poluído? E a partir daí, tentar propor ações que visem alterar essa realidade.

Escolas que não tem nenhum rio passando perto também podem elaborar uma Meta. As que estão na região central de Belo Horizonte, quase não vêem rio, pois estão quase todos canalizados e passam debaixo de ruas e avenidas. Muitas vezes, são escolas todas concretadas, sem jardim, canteiro ou mesmo área verde. A meta da escola pode abordar justamente isso: onde estão os nossos rios? Porque não os vemos? Para onde vai toda a água quando chove? Qual a relação da falta de área para infiltração com as enchentes que ocorrem todos os anos em nossa cidade? O que podemos fazer para mudar isso? ●

Menores abandonados

AS DEFICIÊNCIAS NA GESTÃO MARCAM AÇÃO CULTURAL NOS PEQUENOS MUNICÍPIOS DA BACIA



FOTO: MARCELO ANDRÉ

Guarda de Moçambique Nossa Senhora da Expedição, em Santa Luzia. Eventos são um dilema na gestão cultural em pequenos municípios

ANNA CAROLINA AGUIAR E FILIPE MOTTA
Estudantes de Comunicação Social da UFMG

A passagem da *Expedição pelo Velhas 2009* não se ateve somente à qualidade da água e à volta do peixe. Ao longo de 30 dias, o Projeto Manuelzão pôde observar também como a gestão da cultura vem sendo tratada nos pequenos e médios municípios da bacia.

A gestão cultural nesses municípios apresenta problemas comuns aos grandes centros, mas que são agravados em locais menores. Tudo começa com a visão que as administrações locais têm de cultura. Na maioria das vezes, os recursos que existem são utilizados na promoção de eventos de entretenimento ou na restauração do patrimônio. “A arte é uma forma de expressão da cultura de um povo, impregnada de valores e costumes. Em alguns municípios, não se consegue enxergar isso”, explica a organizadora dos FestiVelhas da Expedição, Danielle Alves. Nessa visão de cultura, há a tendência de se valorizar o que é de fora, deixando de lado as características cotidianas que constituem a cultura do lugar. Pequenas coisas que às vezes passam despercebidas, como o artesanato, grupos de teatro ou músicos locais, acabam desamparadas pelas administrações.

Como afirma o coordenador do Observatório da Diversidade Cultural, José Márcio Barros, “quanto menor o município, mais informal e amadora é a gestão da cultura, menos recursos existem especificamente para ela, menos equipamentos estão disponíveis, me-

nos investimentos são feitos em qualificação da mão de obra”. No Baixo Velhas, esses problemas ficam evidentes. Reflexo desse amadorismo, muitas cidades acabam colocando o setor na mesma secretaria que o esporte, o lazer, a educação e o meio ambiente. Os próprios gestores, quando perguntados se o trabalho era prejudicado por isso, davam respostas confusas. Uns consideram que é problemático, outros defendem que há uma integração benéfica entre áreas semelhantes. Danielle Alves ressalta que “o secretário, obviamente, não dá conta e nem pode ser só um secretário pra cuidar disso tudo”.

POUCO PREPARO, POUCO DINHEIRO

Como um problema puxa o outro, as secretarias não se preocupam com a profissionalização dos gestores culturais e de todas as outras pessoas envolvidas nesse trabalho. Segundo Danielle, “é importante pensar na formação e na capacitação, porque você forma não só os gestores culturais, mas também multiplicadores, enriquecendo aquele contexto sociocultural”. A capacitação do corpo de funcionários os tornaria aptos a lidar com a cultura e a reconhecer suas manifestações locais.

Por falta de preparo ou por descaso, muitos gestores de pequenos e médios municípios também não investem na manutenção dos espaços, completando

esse quadro problemático. E quando têm esses equipamentos, como museus, teatros e bibliotecas, eles não são utilizados ou geridos de forma satisfatória na maioria das vezes. As pessoas não aproveitam bem o que lhes é oferecido. De acordo com a pesquisadora e gestora de políticas públicas de cultura do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap), Isaura Botelho, “isso se deve ao hábito de se enxergar a cultura como algo fora do cotidiano. Se o equipamento for presente na vida das pessoas, elas vão frequentá-lo”.

Os orçamentos públicos destinados à cultura nos municípios menores também não ajudam. “Primeiro, porque qualquer assunto de verbas é difícil. Qualquer investimento público ou privado é difícil. Segundo, porque cultura não dá lucro”, ressalta o produtor cultural do Manuelzão, Germán Milich. Na maioria dos pequenos e médios municípios, a cultura não recebe mais que 0,5% dos orçamentos. Faltam iniciativas das secretarias municipais correrem atrás dos editais de fomento à cultura, que não são poucos.

As possibilidades de investimentos na área cultural vêm crescendo desde 2002. Segundo o Ministério da Cultura (MinC), em 2008 foram mais de 3700 iniciativas apoiadas através de editais de seleção pública no país. Eles dão condições, por exemplo, para a construção e manutenção de bibliotecas, museus, centros culturais. Existem, inclusive, os específicos para pequenos municípios. Mas o despreparo do corpo de funcionários acaba se refletindo também nesse aspecto, e os gestores não têm conhecimento disso.

SAÍDA LEGAL

Outra possibilidade é a Lei Federal de Incentivo Fiscal, ou Lei Rouanet, que prevê duas faixas de isenção fiscal, de 30 e de 100%, para empresas que invistam em projetos culturais. O MinC estuda sua reformulação, que iria ao Congresso em agosto, pretendendo melhorar a estrutura de repasse orçamentário e a distribuição de competências entre estados, municípios e Governo Federal. O modelo antigo só favorece os grandes centros urbanos, como explica o Diretor de Estudos e Monitoramento de Políticas Culturais do MinC, Afonso Luz: “O modelo da Rouanet é muito focado em eventos, e as cidades pequenas têm uma

oferta de eventos bem menor, e de equipamentos também. Por exemplo, o cinema brasileiro geralmente não chega às cidades pequenas pela falta de salas ou de uma rede distribuidora que leve o filme até a cidade”. Na bacia, apenas oito dos 51 municípios possuíam salas de cinema em 2006, segundo dados do IBGE. São 26 cinemas, mas 18 deles estão em Belo Horizonte.

Ainda há o Sistema Nacional de Cultura (ver box), iniciativa do MinC que vem sendo consolidado de forma a articular as gestões federal, estadual e municipal e trazer também a participação da sociedade civil. Outra alternativa é o consórcio entre os municípios. É mais vantajoso, por exemplo, investir em conjunto na capacitação dos funcionários de teatros, museus, bibliotecas públicas, centros culturais de toda uma região, pela questão do preço. Ou então, em equipamentos culturais móveis, como carros-bibliotecas e festivais culturais itinerantes. Surge aí uma grande oportunidade de desenvolvimento integrado entre as secretarias, de forma que seus projetos tenham mais força e que aprendam com as experiências umas das outras. ●

SN o quê?

O Sistema Nacional de Cultura começou a ser articulado em 2004, mas sofreu uma desaceleração e só foi retomado neste ano. O repasse de verbas dependerá da demonstração, pelo município, da existência de um órgão gestor, orçamento e plano municipal de cultura e a participação da sociedade civil garantida em conselho. O coordenador do Observatório da Diversidade Cultural, José Márcio, afirma que “essas quatro coisas obrigam os municípios a saírem de um certo estágio frágil e superficial de pensar o lugar da cultura, obrigando-os a se profissionalizarem”. Mas não basta a existência do Sistema. Segundo a pesquisadora Isaura, “a construção dele depende de cada um desses níveis, mas o municipal é o principal. Se você consegue constituir uma mobilização nos municípios, a pressão sobre os estados e a União é muito maior. O Sistema Nacional de Cultura depende da mobilização municipal mais que tudo”.



Como o Bumba-Meu-Boi, manifestações locais acabam sendo deixadas de lado, em detrimento de eventos que chegam dos grandes centros urbanos

FOTO: MARCIO ANDRÉ

Relação duradoura

PREFEITO DE LASSANCE CONTA COMO EXPERIÊNCIA NO INTERNATO RURAL INFLUENCIA SUAS ESCOLHAS POLÍTICAS

JESSICA SOARES
Estudante de Comunicação Social da UFMG

Se procurar no bolso certamente encontrará algum lixo. Idson Fernandes Brito brinca que não consegue jogar nada fora. Esse hábito veio do primeiro contato com o Projeto Manuelzão, há mais de 10 anos, como aluno de medicina da UFMG no Internato em Saúde Coletiva. No “Internato Rural” os estudantes passam três meses em municípios do interior. Até medicam os pacientes, mas principalmente pensam no que leva ao aparecimento das doenças. Lá, viu o caminho percorrido pelo lixo e o prejuízo que pode causar ao meio ambiente e à saúde. Nascido no Paraná, mudou muito de cidade com o pai, empreiteiro de hidrelétrica. Depois do Internato em Várzea da Palma, se afeioou pela região e hoje, aos 36 anos, tenta aplicar o que aprendeu em Lassance, cidade da qual é prefeito há sete meses.

O primeiro contato com o Manuelzão e o medo inicial

“Antes de ir para o Internato nos reunimos e nos foi explicado sobre o Manuelzão. Todos com medo do que seria estar longe dos professores e colocaram mais essa incumbência, que era tratar da questão ambiental, que ainda engatinhava, mesmo na faculdade. Apesar da resistência inicial, os alunos compraram a ideia.”

Saúde, meio ambiente e o trabalho com a população

“Tinha os atendimentos médicos, mas para nós isso era trivial. O meio ambiente era o mais importante. Tentamos trabalhar com as crianças da escola, o melhor alvo. Plantamos duas mil árvores, fizemos coleta seletiva e uma gincana ecológica. A rádio passava as tarefas e todas escolas ouviam: “tem uma carta debaixo de alguma coisa que está cobrindo a cabeça de alguém na cidade”. Vimos uma multidão correndo, aí percebemos o poder da mobilização. E isso só com crianças, imagine se fosse toda a sociedade mobilizada?”

O vínculo com o Projeto e a importância do estudante

“A questão ambiental acabou gerando um vínculo com a cidade e a vontade de continuar preservando e cuidando. Hoje eu percebo que é uma responsabilidade tremenda dos alunos encabeçarem o Manuelzão na parte operacional: lá no interior você não é um estudante, você é ‘o estudante’, um artigo definido. O estudante de

medicina representa uma visão do que é certo, do que a pessoa vai tomar, não só em termo de medicamento, mas de atitude.”

Aproximação com a política

“O conhecimento médico é cuidar do bem da pessoa, passa por saneamento, meio ambiente, pela casa, pela relação com a família. Saúde não é só tratar doença, é administração pública, política. Ao tentar indicar um caminho, você percebe que é formador de opinião.”

Algumas idéias na prática

“O meio ambiente não pode atrapalhar o desenvolvimento humano e vice-versa. Temos dois projetos que trazem esse benefício mútuo. Criamos as UCAPs, Unidades de Captação de Água Pluvial. São como cisternas de pouco mais de um metro de diâmetro e quatro metros de profundidade. Quando chove, a água vai para esse local e infiltra nas capilaridades do solo, abastece os lençóis freáticos e mantém rios perenes. Uma unidade dessa custa para prefeitura cerca de 200 reais. Para conter uma chuva torrencial, são necessárias por volta de duas centenas de unidades. Já foram implantadas por volta de 100 UCAPs.

Os ‘cinturões verdes’ dentro da cidade uniriam as copas de árvores, de forma que um macaco possa andar por toda a cidade sem obstáculo para passar para o outro lado. A ideia é aumentar o plantio de árvores através de um desconto no IPTU. O projeto está em fase de estudo da legislação. É preciso avaliar como estabelecer a relação do valor do imposto com o plantio. Se a pessoa não tem condições de pagar o imposto, fornecemos as mudas e é só ir lá, cavar, plantar e cuidar.” ♦

O que aprendeu no Internato Rural, Idson tenta aplicar em Lassance, onde hoje é prefeito



FOTO: EDER FELIPE LEITE

FOTO: FILIPE MOTTA



Homem de ferro

A VIDA DE ADEMIR MARTINS SEMPRE ESTEVE LIGADA ÀS SERRAS DE CAETÉ

FILIPE MOTTA
Estudante de Comunicação Social da UFMG

É difícil conversar com Ademir sobre ele mesmo. O papo sempre vai esbarrar nas muitas entidades das quais participa e nos problemas em que estão envolvidas. Sua vida se mistura a elas. Sem pergunta, nem nada, começa

a contar sobre uma barragem, coisa do século XVIII ou XIX, que ele encontrou perto de uma antiga fazenda em Caeté. Fala de como chegou ao paredão que serve de base para ela, abrindo o mato no peito, para mostrar a novidade ao promotor do patrimônio histórico.

Os olhos azuis contornados por cabelo e barba brancos e espessos dão um ar grave ao entrevistado. Suas preocupações também o são. A sede das mineradoras em explorar o minério que rodeia seu município está na base delas. Serra da Piedade, do Baú e, agora, a Gandarela. Todas sitiadas. Todas conhecidas como a palma de suas mãos.

MATEIRO

O interesse pelo mato vem dos tempos de menino. “Eu morava no centro da cidade, mas tinha um convívio muito grande com a área rural”. Seu pai, que trabalhou a vida toda como pedreiro, tinha como hábito caminhar nos arredores de Caeté nos momentos de folga. Ia junto. Buscavam sempre os lugares onde houvesse a água mais limpa. “O ingá e o jambo: ele sabia todos os lugares que tinha ingá em abundância. E o passatempo era esse – buscar o ingá em tal lugar...”, completa.

Veza por outra, a conversa é intercalada pela tosse. Bronquite. Nos anos 1970, chegou a abandonar um emprego que tinha na Vale devido ao problema. “A poluição era violenta. Era muito pó de minério. Trabalhava numa oficina de manutenção de equipamento fora de estrada: aquela fuligem de cano de descarga... Foi um transtorno para mim”. Ele lembra que naquele tempo começou a se

despertar para os problemas ambientais. “Na área em que trabalhei, eles lavavam o minério e o córrego descia com o minério fino... Era muito minério no córrego!”.

Além das andanças com o pai, outro fator contribuiu para que se tornasse um mateiro de primeira. Três anos depois que saiu da Vale, no início dos anos 1970, ficou sabendo de um homem que procurava algumas pessoas para trabalhar como guias e carregadores nas bordas das serras em Caeté. Atraído pelo emprego, escondeu a bronquite e a escolaridade – acima da média da época. E deu certo: além de aprender a ler mapas, conheceu os lugares por onde ainda não tinha passado. Mais tarde, saberia que o patrão fazia pesquisa de ouro na região.

ONIPRESENTE

Técnico em contabilidade, Ademir trabalhou no setor administrativo de algumas empresas. Não fez curso superior, mas conta as histórias da região com a riqueza de detalhes de um historiador. Descreve as características do terreno e da vegetação, fala de processos de licenciamento ambiental ou da tributação do setor minerário como um especialista. Não é à toa que Ademir é referência na defesa do meio ambiente em Caeté. A família até já se preocupou com a segurança de Ademir, sempre perturbando os interesses dos peixes grandes. Mas ele não tem medo, não.

Foi na Associação Comunitária do Bairro São Geraldo, onde mora, que sua luta ambiental começou, há mais de 14 anos. Quando o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente de Caeté foi criado, entrou como representante da sociedade civil. “Conheci o Apolo uns quatro anos depois. Fui convidado a integrar a equipe de meio ambiente da prefeitura. Depois, a participar de uma reunião do Projeto Manuelzão”, lembra. Ademir ainda é membro do Movimento Artístico e Cultural de Caeté, a ONG Macaca, do Comitê do Rio das Velhas, e dos subcomitês Taquaraçu e Caeté/Sabarará, do qual é coordenador. ♦

